

Racismo gera discussão em todo o Brasil

*Por: Grace Rufino
Da Redação*

As ações afirmativas são medidas que visam a inclusão social de negros e afrodescendentes, principalmente no mercado de trabalho e no ensino superior. Atualmente, essas medidas estão em discussão nacional, como o Estatuto da Igualdade e o Sistema de Cotas.

O Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim, que contém 85 artigos, será votado em 2007, na Câmara dos Deputados. Nestes últimos tempos, diversos intelectuais manifestaram-se a favor e contra o Estatuto. Um dos pontos mais questionados no estatuto é a presença de ao menos 20% de atores e figurantes afro-brasileiros em programas e propagandas de TV, e auto-declaração no quesito cor e raça em diversos documentos.

“O Estatuto da Igualdade Racial caminha no sentido de combater o racismo. As pessoas têm o direito de se

manifestar contra as cotas, mas não apresentam nenhuma proposta alternativa de solução, pois é importante propor algum tipo de alternativa!”, destaca o membro do Conselho do Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior e presidente do Instituto da Advocacia Racial e Ambiental (IARA), Humberto Adami.

Para a ex-reitora da Universidade da Bahia (1998-2005), Ivete Sacramento, o Estatuto da Igualdade Racial precisa ser aprovado com urgência para a inclusão social dos afrodescendentes.

Em entrevista a esta revista no último evento da Afrobras, o senador José Sarney enfatizou: “eu acho que com todas as incompreensões que podem ter, devemos começar a exigir o programa de cotas. Não podemos ficar nesta inércia de vermos o país balançar entre os mais pobres, e os

mais pobres são os negros, os quais têm mais demanda na saúde e emprego. Entre os analfabetos, os de maior número são da raça negra. Não podemos ficar nesta função de nos conformarmos e, para romper com tudo isto, temos que ter ações afirmativas.”

Na página do Instituto da Advocacia Racial e Ambiental (IARA) tem um abaixo-assinado contra o racismo no Brasil (www.adami.adv.br/iara.asp). “Este manifesto é abrangente, existem coisas que não se resolvem apenas com as cotas nas universidades”, explica o advogado Humberto Adami.

As dificuldades de inclusão social são amplas e podem ser observadas através dos dados estatísticos, que apontam que 2% dos negros têm o ensino superior completo, segundo o censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“A Universidade da Bahia utiliza no vestibular o conceito de auto-declaração de raça. Há uns seis anos, as pessoas negavam a sua ascendência; após a adoção das cotas, o fato de ser afrodescendente se tornou agenda. Hoje,

as pessoas se autodeclaram, e isto é uma vitória”, destaca a ex-reitora da UNEB, Ivete Sacramento.

Segundo o advogado Humberto Adami, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) realizou uma ação direta de inconstitucionalidade da lei de cotas 4151 no Supremo Tribunal Federal. Esta lei prevê cotas raciais para negros e pardos nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro. “Ingressamos junto com 16 entidades do movimento negro contra o racismo da cor que é uma forma de intervenção contra o processo de inconstitucionalidade. Posteriormente, foram acrescentadas mais cinco entidades religiosas de matrizes africanas”, explica o advogado Adami.



Ivete Sacramento



Humberto Adami

“Precisamos lutar para que outras medidas sejam efetivamente adotadas e se aliem à igualdade racial. Fui a única reitora negra da UNEB, fato que comprova uma desigualdade devido à falta de oportunidade”, analisa a ex-reitora Ivete Sacramento.

A pesquisa de 2005, do Instituto Ethos referente ao Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas, revela que 26,4% dos negros ocupam cargo funcional, e 3,4% em diretoria.

De acordo com o advogado Humberto Adami, “estão sendo implementadas ações civis públicas pelo Ministério Público do Trabalho contra os bancos devido à ausência de funcionários negros. Dentro de um mês, o Ministério Público acionará os demais bancos de outras regiões do Brasil, exceto Brasília.” ■